

ganhos políticos com o desgaste contínuo do governo. Sondagens de popularidade mostram Dilma e o PT no subsolo, o que abre caminho para candidatos opositores nas eleições por vir – a primeira no calendário é a eleição municipal de 2016. Politicamente, bater no governo mais impopular desde Fernando Collor é um esporte simples, uma boa defesa e um agredor de votos eficiente.

Consciente da própria decadência, o governo foi a campo na semana passada para se prevenir dos percalços que poderão surgir no Congresso. Dilma se reuniu com os 26 governadores e a vice-governadora do Mato Grosso do Sul, Rose Modesto, no Palácio da Alvorada. Colocou-os ao redor de uma mesa e leu um discurso de 3.400 palavras, transmitido ao vivo pela televisão. Terminada a enfadonha leitura, os governadores ouviram uma explanação sobre as consequências funestas de projetos que estão no Congresso – não só para as finanças do governo federal, como para os estaduais.

Dilma repetiu o gesto que fez em 2013, quando estava enfraquecida pelas manifestações nas ruas: em vez de pedir ajuda, usou os governadores como claque de apoio. Daquela vez, não funcionou. Agora, ainda procurou amedrontá-los com as consequências de algumas medidas. Entretanto, a crise é tão grave que os governadores manifestaram boa vontade. “Há uma preocupação genuína de todos de tentar evitar o pior”, diz o tucano Simão Jatene, governador do Pará. “Apesar das posições partidárias, há uma agenda comum que afeta a todos. Não podemos sair da crise pior que entramos.” Os governadores prometeram tentar influenciar deputados e senadores. De concreto, obtiveram de Dilma a promessa de libe-

UMA TRAGÉDIA NAS FINANÇAS PÚBLICAS É LATENTE, DESDE QUE A AGÊNCIA DE RISCO AVISOU QUE O PAÍS PODE PERDER CRÉDITO

ração de financiamentos do Banco do Brasil, entre outras medidas que podem aliviar suas finanças. A queda de arrecadação que empareda o governo federal também bate forte nos Estados.

Antes da reunião, o governo fez o que manda o manual político em tempos difíceis. O ministro da Aviação Civil, Eliseu Padilha, que auxilia Temer na articulação, anunciou a distribuição de 200 cargos no terceiro escalão para acalmar aliados. Em outra iniciativa para aplacar animosidades contra o Planalto, anunciou também que o governo liberará cerca de R\$ 4,9 bilhões para pagar emendas ao Orçamento, as indicações de gastos públicos que os parlamentares têm direito a fazer.

O vice-presidente Michel Temer tratou pessoalmente de aplacar o terreno em outras áreas. Combinou com Eduardo Cunha de chegar a um acordo sobre o futuro presidente da incômoda – para o governo – CPI que vai investigar contratos do BNDES, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, responsável por financiar no exterior empreiteiras enroladas na Operação Lava Jato e diversas empresas doadoras de campanhas do PT (*leia reportagem na página 52*). Um dos nomes em cogitação

é o do deputado Edio Lopes (PMDB-RR), um aliado de Cunha, mas que mantém bom diálogo com o governo. Temer acertou ainda que, antes de partir para o jantar com Dilma, nesta segunda-feira, os líderes dos partidos da base aliada farão uma parada estratégica no Palácio do Jaburu, às 18 horas.

Dilma sempre se mostrou inapetente para a gestão política e para lidar com o Congresso. Angariou a antipatia da maioria dos parlamentares. O mesmo tipo de hostilidade é mostrado pela maior parte do Congresso em relação ao PT, que cultivou ambições hegemônias de eleger as maiores bancadas na Câmara e no Senado, antes da realização das eleições do ano passado. Agora, os petistas estão recebendo o troco – não só dos opositores, mas de seus supostos aliados no governo, que não perdem uma oportunidade para criar mais dificuldades apenas com o objetivo de fazê-los sangrar. Contudo, priorizar a disputa política em detrimento dos interesses nacionais é um perigoso flerte com a tragédia. Agora não se trata mais de uma questão de transferir o ônus por decisões impopulares para a presidente Dilma. Derrubar vetos da presidente, como ao fim do fator previdenciário ou do reajuste para os servidores públicos, implicará mais gastos, no momento em que o país não pode arcar mais com o crescimento das despesas públicas. Poderá implicar também aumentos dos impostos ou da inflação, com altas dos aluguéis e até do preço da comida na feira. Os parlamentares foram eleitos para defender os interesses dos cidadãos. Agora, trata-se de uma questão de agir com responsabilidade e honrar o voto que receberam. ♦

MBA

usseff cortou governadores e mandou liberar verbas e cargos para parlamentares

LIBERAÇÃO DE EMENDAS

O governo prometeu pagar, até dezembro, de cerca de R\$ 4,9 bilhões referentes a restos a pagar de emendas parlamentares de 2014 e anos anteriores

LOTEAMENTO DO SEGUNDO ESCALÃO

O governo deu sinais de que vai finalizar cerca de 200 nomeações políticas para cargos do terceiro escalão nos Estados

BOA VIZINHANÇA

A presidente convidou para a próxima segunda-feira os líderes, presidentes de partidos aliados e parlamentares para um jantar no Alvorada